



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

Interpeleção Oral

Segurança alimentar

Ocorrem com alguma frequência casos de suspeita de intoxicação alimentar ou de gastroenterite. Com a diversificação das formas de exploração e dos canais de venda, aumentam os perigos para a segurança alimentar, pois, actualmente, os estabelecimentos de *take away*, de guloseimas e de venda de produtos pela internet apenas se sujeitam à regulamentação da Lei n.º 5/2013 (Lei da Segurança Alimentar), sem necessitar de obter licença para a sua exploração. Para o Governo, a prevenção passa, assim, a ser a principal vertente na gestão da segurança alimentar.

Muito embora o Centro de Segurança Alimentar tenha declarado, em 10 de Junho passado, que os estabelecimentos de *take away* têm de reunir os requisitos definidos na Lei da Segurança Alimentar, e que estão sujeitos à fiscalização regular dos inspectores, o certo é que os resultados deixam ainda algo a desejar. No ano passado, o Centro de Segurança Alimentar analisou, por amostragem, cerca de 2 mil produtos colhidos junto de mais de 5 mil estabelecimentos de comensais e bebidas, e 99 por cento passaram no teste. No corrente ano, foram analisados mil produtos e todos eles passaram. Porém, registaram-se recentemente vários casos de intoxicação alimentar ou de gastroenterite provocados pela ingestão, como se suspeita, de produtos



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

adquiridos em estabelecimentos de *take away*. Segundo os residentes, os estabelecimentos de *take away* e de guloseimas, as tendas de gulodices especiais e de bebidas autopreparadas têm sido, desde longa data, um problema para a saúde, pois a sua exploração não requer qualquer tipo de licença. Constitui isto não só um risco para a saúde da população, mas afecta ainda a imagem de Macau, enquanto centro mundial de turismo e de lazer.

Nestes termos, interpele o Governo sobre o seguinte:

1. Os serviços competentes afirmaram que não ponderam emitir licenças para fiscalizar os estabelecimentos de *take away* ou outros semelhantes. Contudo, a segurança alimentar está directamente relacionada com a saúde dos residentes e dos turistas. Com vista a garantir a segurança alimentar de Macau, o Governo vai reponderar o mecanismo de emissão de licenças aos estabelecimentos de *take away* ou a outros semelhantes?
2. Recentemente, o IACM promoveu o “Plano de registo para o sector alimentar”, com vista a aumentar o controlo dos alimentos pela fonte, sendo os destinatários os estabelecimentos de venda pela internet e os de *take away*. De acordo com os dados do IACM, existem actualmente cerca de 50 lojas *online* de venda de alimentos. Como este plano não é obrigatório, até 13 de Junho, apenas 10 lojas virtuais das redes sociais e 3 outras de *chats* em grupo efectuaram o registo, pelo que os resultados não são satisfatórios. Os serviços competentes vão promover outras medidas eficazes, com vista



(Tradução)

澳門特別行政區立法會
Região Administrativa Especial de Macau
Assembleia Legislativa

a garantir a segurança alimentar?

3. Os serviços competentes referiram que, em 2015, efectuaram 3000 fiscalizações a estabelecimentos de *take away* e, nestas acções de fiscalização, quando se depararam com situações de falta de higiene, os serviços competentes exigiram imediatamente uma melhoria, assim como fiscalizaram mais uma vez, sensibilizando os responsáveis do estabelecimento. Contudo, muitos afirmam que ainda existem estabelecimentos com falta de higiene, levando a que os residentes e os turistas fiquem doentes. Os serviços competentes devem aumentar o número de fiscalizações a estes estabelecimentos e recolher amostras, assim como aumentar as acções de sensibilização e o valor das multas, com vista a garantir segurança e higiene alimentar, e a proporcionar confiança à população. Vão fazer isto?

22 de Junho de 2016

O Deputado à Assembleia Legislativa da
Região Administrativa Especial de Macau,
Zheng Anting